

PREGÃO ELETRÔNICO

90013/2024

CONTRATANTE (UASG)

160545

OBJETO

Material de consumo médico hospitalar

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.923.904,58

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme publicação Data/Hora no DOU

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO. AMPLA PARTICIPAÇÃO**



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Edital 35/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
35/2024	160545-HOSPITAL DA G. S. GABRIEL DA CACHOEIRA	ANTONIO LUCIANO TOMAS FERREIRA DA SILVA	14/11/2024 09:42 (v 6.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64598.004329/2024-35

Atualização: maio/2023 Edital



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

HOSTAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

(Hospital Uaupés / 1922 – Unidade Mista SUSAM / 1994)

Torna-se público que o **HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA**, por meio do Setor de Licitações e Contratos, sediado na Rua Quintino de Sá Cavalcanti nº 250, Bairro Dabarú, São Gabriel da Cachoeira - AM, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. Do objeto

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de material de consumo hospitalar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. Do registro de preços

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Para todos os itens a participação é ampla participação, nos termos do art. 49, § 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 13.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 13.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 13.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A1]

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item, **considerando apenas duas casas decimais;**

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 01 (um).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

6. Da fase de julgamento

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecução, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo) .

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte

participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2.2. empresas brasileiras;

7.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

7.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-nanceira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por **licitahgusgc@yahoo.com.br**, e/ou por funcionalidade do Portal de Compras do Governo Federal, após solicitação do Pregoeiro.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73 /2022, art. 39, §4º):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. Da ata de registro de preços

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do (s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata

10.2.1 .A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2..2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. Das disposições gerais

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacaoDia.asp>

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

12.11.3. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

São Gabriel da Cachoeira, 08 de outubro de 2024.

12. Das infrações administrativas e sanções

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 13.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a

imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1.

14. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **licitahgusgc@yahoo.com.br**

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
gov.br MARCELO DOS SANTOS STORCH
Data: 18/11/2024 15:25:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARCELO DOS SANTOS STORCH

Autoridade competente

Termo de Referência 91/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
91/2024	160545-HOSPITAL DA G. S. GABRIEL DA CACHOEIRA	FELIPE ANDRADE GASPAR	11/11/2024 10:39 (v 6.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64598.004329/2024-35

1. Definição do objeto

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União / Atualização: dezembro/2023 / Termo de Referência Aquisições – Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico / Aprovado pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022)

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de Material Médico-Hospitalar para o Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, nos termos da tabela anexa neste documento, conforme condições, e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses. contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.6. As empresas vendedoras dos itens 90, 93, 94 e 95, deverão fornecer em regime de comodato as bombas de infusão compatíveis com os equipos ofertados de acordo com a descrição constante na tabela acima.
- 1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000382/2024

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 88 e 89

IV) Classe/Grupo: 6515 - INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS

V) Identificador da Futura Contratação: 160545 - 90001/2023

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2

4.1.2. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.3. O gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde deve ser executado de acordo com o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo gerador, em consonância com as normas vigentes, especialmente as de vigilância sanitária.

4.1.3.1. A RDC nº 222/2018 da ANVISA define quais são os serviços geradores de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS.

4.1.3.2. Art. 2º Esta Resolução se aplica aos geradores de resíduos de serviços de saúde RSS cujas atividades envolvam qualquer etapa do gerenciamento dos RSS, sejam eles públicos e privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Não é o caso.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Não é o caso

Da exigência de amostra.

4.4. Não é o caso.

Da exigência de carta de solidariedade

4.5. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa parcelada conforme necessidade deste órgão.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas em no máximo 24 (vinte e quatro) horas úteis, a contar do recebimento do empenho, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. **Unidade Gerenciadora:** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, rua Quintino de Sá Cavalcante, nº 250, Dabarú, São Gabriel da Cachoeira - AM, CEP 69.750-000 - na depósito da Farmácia.

5.3. **Unidade Participante:** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: na sede da 21ª Companhia de Engenharia de Construção, localizada na Área Cap Nobuo Oba, S/N, Cachoeirinha, Cep 69750-000, São Gabriel da Cachoeira, AM.

~~5.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.5. Os materiais e insumos deverão ser entregues separados por lotes e prazos de validade, com seus respectivos quantitativos impressos na nota fiscal.

5.6. Os materiais deverão estar com a embalagem em perfeito estado, todos os dados (rótulo e bula, se existir) devem estar em língua portuguesa.

5.7. O transporte dos itens deverá obedecer a critérios sanitários e de segurança de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, a esterilidade.

5.8. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo de Referência.

5.9. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **XXXX** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. Não é o caso

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 2% do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.30. Licença de Funcionamento conferida pelo Órgão Municipal ou Estadual de Vigilância Sanitária (Não serão aceitos protocolos em caso de emissão de primeira licença ou, no caso das revalidações, na forma da legislação específica, requeridos intempestivamente), como comprovação do cumprimento dos requisitos previstos na Lei 6.360/1976, no Decreto 8.077 /2013 e na Resolução 16/2014/ANVISA, de modo a garantir que o licitante atenda às exigências técnicas necessárias.

8.31. Autorização de funcionamento (AF ou AFE), comum e/ou especial, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), como comprovação do cumprimento dos requisitos previstos na Lei 6.360/1976, no Decreto 8.077/2013 e na Resolução 16/2014/ANVISA, de modo a garantir que o licitante atenda às exigências técnicas necessárias, quando aplicável.

8.32. Apresentar para o(s) item(ns) ofertado(s), cópia do Registro ou Notificação Simplificada do(s) objeto(s) licitado(s), concedido pelo órgão sanitário competente do Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U. Estando o registro vencido, deverão ser apresentadas cópias de todas as petições de revalidações devidamente protocolizadas, acompanhadas de cópia da publicação do registro vencido. A não apresentação do registro e/ou do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação da proposta em relação ao item cotado.

1.7. Serão aceitas cópias impressas de páginas do sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que estarão sujeitas a confirmação pela Equipe de Apoio ao Pregão.

1.7.1. Cópia do D.O.U. do comprovante de isenção do Registro em vigência, quando for o caso.

1.7.2. No caso de registro vencido deverá ser apresentado o requerimento de revalidação, conforme disposto no § 2º do art. 8º do Decreto 8.077/13, para possibilitar a aplicação da regra contida no § 3º da referida disposição legal.

1.7.3 Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção / produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, estando o Certificado vencido, a licitante deverá apresentar cópia da petição de renovação junto a ANVISA, no lapso temporal compreendido entre 270 (duzentos e setenta) e 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao vencimento do certificado vigente, conforme estabelecido na RDC 39 de 14 de agosto de 2013, acompanhado de cópia do Certificado vencido.

1.7.4. No caso de produto importado, deverá ser apresentado o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela autoridade sanitária do país de origem, traduzido por tradutor juramentado ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira. Inexistindo prazo de validade nos referidos documentos (BPF e C), serão aceitos aqueles cujas expedições / emissões não ultrapassem a 12 (doze) meses da data final para o envio das propostas

8.32. Apresentar para o(s) item(ns) ofertado(s), cópia do Registro ou Notificação Simplificada do(s) objeto(s) licitado(s), concedido pelo órgão sanitário competente do Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U. Estando o registro vencido, deverão ser apresentadas cópias de todas as petições de revalidações devidamente protocolizadas, acompanhadas de cópia da publicação do registro vencido. A não apresentação do registro e/ou do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação da proposta em relação ao item cotado.;

8.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.31.1.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31.1.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor

8.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

~~8.31.5. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei~~

8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.32.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata

da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.923.904,58

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.923.904,58 (um milhão, novecentos e vinte e três mil, novecentos e quatro reais e cinquenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Gabriel da Cachoeira, 07 de outubro de 2024.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE ANDRADE GASPAR

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/11/2024 às 10:39:23.



Documento assinado digitalmente

MARCELO DOS SANTOS STORCH

Data: 18/11/2024 15:25:51-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

MARCELO DOS SANTOS STORCH

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 3.1- ANEXO TR.pdf (843.54 KB)

Anexo I - 3.1- ANEXO TR.pdf

IT	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UND	HGuSGC			21ª Cia Eng			Qtd Total	Valor Unit R\$	Valor Total R\$
				QTD	QTD MIN	QTD MÁX	QTD	QTD MIN	QTD MÁX			
1	ABSORVENTE HIGIÊNICO HOSPITALAR -confeccionado com material absorvente, com cobertura interna de falso tecido, com fibra de celulose e poliéster, adesivos termoplástico, polímeros de látex sintéticos e polipropileno, atóxico em contato com a pele e de uso noturno. Espessura compatível com fluxo abundante, uso em obstetria, pós-parto, tamanho gigante, hospitalar, excelente absorção, contendo na parte externa da embalagem os dados de procedência, lote, validade e registro MS. Pacote c/ 10 unidades	477522	Pacote c/ 20 unidades	1.000	500	1.000	0	0	0	1.000	10,40	10.400,00
2	ADAPTADOR INTERMEDIÁRIO DE EQUIPOS COM 02 VIAS -em PVC, composto de conector e tubo extensor em duas vias com PIN-A em cada via, e tampas protetoras que facilitem o manuseio com segurança, medindo aproximadamente 20 cm de comprimento, obedecendo ao Art. 31.1.8078/90 Port. Conj.N.1 de 23/01/96 MS	459694	Unid.	1.000	500	1.000	0	0	0	1.000	2,39	2.390,00
3	Agulha Descartável Agulha Hipodérmica Material: Aço Inoxidável Siliconizado, Dimensão: 26 G X 1/2" (13 x 0,45mm), Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado, Tipo Conexão: Conector Luer Lock Ou Slip Em Plástico, Tipo Fixação: Protetor Plástico, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual	439812	Caixa c/ 100 unidades	100	50	100	0	0	0	100	12,34	1.234,00
4	Agulha Hipodérmica Material: Aço Inoxidável Siliconizado, Dimensão: 20 G X 1 1/4" (20 x 5,5mm), Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado, Tipo Conexão: Conector Luer Lock Em Plástico, Tipo Fixação: Protetor Plástico, Característica Adicional: Com Sistema Segurança Segundo Nr/32, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual	397500	Caixa c/ 100 unidades	100	50	100	0	0	0	100	7,03	703,00
5	Agulha Hipodérmica Material: Aço Inoxidável Siliconizado, Dimensão: 25 G X 5/8" (25 x 7mm), Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado, Tipo Conexão: Conector Luer Lock Em Plástico, Tipo Fixação: Protetor Plástico, Característica Adicional: Com Sistema Segurança Segundo Nr/32, Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual	397511	Caixa c/ 100 unidades	300	150	300	0	0	0	300	13,60	4.080,00
6	Agulha Hipodérmica Material: Aço Inoxidável Siliconizado, Dimensão: 30 G X 1/2" (30 x 7mm), Tipo Ponta: Bisel Curto	397516	Caixa c/ 100 unidades	300	150	300	0	0	0	300	16,00	4.800,00

	Trifacetado , Tipo Conexão: Conector Luer Lock Em Plástico , Tipo Fixação: Protetor Plástico , Característica Adicional: Com Sistema Segurança Segundo Nr/32 , Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual											
7	Agulha Hipodérmica Material: Aço Inoxidável Siliconizado , Dimensão: 30 G X 1/2" (30 x 8mm), Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado , Tipo Conexão: Conector Luer Lock Em Plástico , Tipo Fixação: Protetor Plástico , Característica Adicional: Com Sistema Segurança Segundo Nr/32 , Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual	397516	Caixa c/ 100 unidades	100	50	100	0	0	0	100	21,50	2.150,00
8	Agulha Hipodérmica Material: Aço Inoxidável Siliconizado , Dimensão: 50 G X 20" (40 x 12), Tipo Ponta: Bisel Curto Trifacetado , Tipo Conexão: Conector Luer Lock Em Latão Cromado , Característica Adicional: Uso Veterinário , Tipo Uso: Estéril, Descartável, Embalagem Individual	411773	Caixa c/ 100 unidades	500	250	500	0	0	0	500	18,28	9.140,00
9	Agulha Anestésica Aplicação: P/ Raquidiana , Material: Aço Inoxidável , Dimensão: 25 G X 3 1/2" , Tipo Ponta: Ponta Quincke , Componente: C/ Mandril , Conector Universal: Conector Luer Lock, Cônico E Transparente , Tipo Uso: Descartável , Esterilidade: Estéril	389218	unidade	2.500	1.250	2.500	0	0	0	2.500	3,82	9.550,00
10	Agulha p/ Raquianestesia Descartável - nº 22Gx3 1/2 (0,50 x 90mm) c/ Bisel tipo Quinke, tamanho adulto	389190	Unid.	200	100	200	0	0	0	200	9,31	1.862,00
11	Agulha Anestésica Aplicação: P/ Peridural , Material: Aço Inoxidável, Centimetrada , Dimensão: 20 G X 3 1/2" , Tipo Ponta: Ponta Curva Tuohy , Componente: C/ Mandril Ajustado , Componente Ii: C/ Aletas , Conector Universal: Conector Luer Lock, Cônico E Transparente , Tipo Uso: Descartável , Esterilidade: Estéril	390126	Unid.	200	100	200	0	0	0	200	40,54	8.108,00
12	Algodão Ortopédico 10 cm x 1m, pacote com 12 und	448246	Unidade	500	250	500	0	0	0	500	2,35	1.175,00
13	Algodão Ortopédico 15 cm x 1m, pacote com 12 und	448249	Unidade	500	250	500	0	0	0	500	1,53	765,00
14	Algodão Ortopédico 20 cm x 1m, pacote com 12 und	448248	Unidade	500	250	500	0	0	0	500	1,74	870,00
15	Amniótomo, material plástico, esterilidade estéril, descartável	436810	Unid.	1.000	500	1.000	0	0	0	1.000	2,78	2.780,00
16	Aparelho de pressão de braço digital (Esfigmomanômetro)	436498	Unid.	4	2	4	2	1	2	6	187,51	1.125,06
17	Aparelho p/ barbear descartável	283964	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	3,84	1.152,00

18	Atadura elástica autoaderente, dimensões 10 cm x 4,5m	474449	Rolo 4,5 m	100	50	100	50	25	50	150	27,30	4.095,00
19	Atadura Gessada 20cm x 3m.	444614	Rolo 3 m	500	250	500	0	0	0	500	3,92	1.960,00
20	Atadura Gessada de 10cm x 3m.	444609	Rolo 3 m	500	250	500	0	0	0	500	3,29	1.645,00
21	Atadura Ortopédica de Crepe 10cm x 1,8m, tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, com densidade de 18 fios/cm².	444356	Rolo	600	300	600	0	0	0	600	1,04	624,00
22	Atadura Ortopédica de Crepe 15cm x 1,8m, tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, com densidade de 18 fios/cm².	444366	Rolo	600	300	600	0	0	0	600	1,40	840,00
23	Atadura Ortopédica de Crepe 20cm x 1,8m, tecido 100% algodão cru, fios de alta torção, com densidade de 18 fios/cm².	444372	Rolo	600	300	600	0	0	0	600	1,84	1.104,00
24	Bolsa coletora de urina, componente plástico flexível, conector luer lock c/ clamp, capacidade 2000 ml, uso descartável/ não estéril.	419371	Unid.	600	300	600	0	0	0	600	4,11	2.466,00
25	Bolsa ostomia, matéria prima plástico, aplicação colostomia e ileostomia, número de peças 2 peças (placa e bolsa separadas), modelo drenável, acessórios 1 clip por bolsa, tipo de bolsa transparente, diâmetro recortável até 90.	477943	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	53,72	5.372,00
26	bolsa ostomia, matéria prima plástico, aplicação colostomia e ileostomia, número de peças 2 peças (placa e bolsa separadas), modelo drenável, tipo de bolsa transparente, tipo de adesivo adesivo microporoso, material da placa resina sintética, diâmetro recortável até 35,	477942	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	45,71	4.571,00
27	Bolsa térmica 10cm de largura x 25m de comprimento, c/ tampa roscável (água quente).	433747	Unid.	20	10	20	0	0	0	20	41,95	839,00
28	BOTA DE UNNA BANDAGEM, TIPO: BOTA DE UNNA, MOD.: NÃO ADERENTE IMPREGNADA DE ZINCO, TAM.: 10 cm (larg) X 9,5 m (comp) Bota de Unna pronta p/ uso composta de bandagem flexível branca (30% algodão e 70% poliéster), impregnada de pasta não solidificável, com no mínimo 20% de óxido de zinco, acácia, glicerina, óleo de rícino e vaselina, tamanho 10.16cm x 9.14m; tamanho: entre 10cm/9,5; Anvisa - CI III. Validade mínima de 12 meses a partir da emissão da NF de entrega. Registro na Anvisa.	477877	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	58,26	2.913,00
29	Cal Sodada, composição ho2, aspecto físico granulado, cor branca, uso anestesia, aplicação filtragem de co2 sistema ventilação fechado, características adicionais grau de dureza com ruptura de grão acima de 700 g	301510	Balde 4,3 Quilograma	10	5	10	0	0	0	10	228,86	2.288,60

30	Caneta p/ bisturi, c/ comando manual, uso descartável, estéril	435591	Unid.	2.500	1.250	2.500	0	0	0	2.500	13,90	34.750,00
31	Cânula de Guedel nº 01	422819	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	5,98	299,00
32	Cânula de Guedel nº 03	450965	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	6,56	328,00
33	Cânula de Guedel nº 04	450966	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	6,47	323,50
34	Catéter Intravenoso Periférico - Nr 18. Confeccionado em teflon radiopaco, flexível, superfície lisa e ponta indeformável, c/ biselmicropolido e tridimensional, biangulado que garanta total suavidade ao produto, siliconizado, o cone luer e a câmara de refluxo sanguíneo transparente cristal e seus protetores confeccionados em polipropileno, atóxico translúcido e de grau medicinal, cânula em aço inoxidável 304 e descartável, contendo na embalagem primária e secundária dados de procedência, lote, validade e nº de registro MS.e lote. Obedecendo ao Decreto Lei 79094/77 Art 31 da Lei 8078/90. De acordo com a NR 32, Legislação MT para perfuro-cortante.	437183	Unid.	1.000	500	1.000	0	0	0	1.000	1,73	1.730,00
35	Catéter Intravenoso Periférico - Nr 20. Confeccionado em teflon radiopaco, flexível, superfície lisa e ponta indeformável, c/ biselmicropolido e tridimensional, biangulado que garanta total suavidade ao produto, siliconizado, o cone luer e a câmara de refluxo sanguíneo transparente cristal e seus protetores confeccionados em polipropileno, atóxico translúcido e de grau medicinal, cânula em aço inoxidável 304 e descartável, contendo na embalagem primária e secundária dados de procedência, lote, validade e nº de registro MS.e lote. Obedecendo ao Decreto Lei 79094/77 Art 31 da Lei 8078/90. De acordo com a NR 32, Legislação MT para perfuro-cortante.	437184	Unid.	3.000	1.500	3.000	0	0	0	3.000	1,68	5.040,00
36	Catéter Intravenoso Periférico – Nr 22. Confeccionado em teflon radiopaco, flexível, superfície lisa e ponta indeformável, c/ biselmicropolido e tridimensional, biangulado que garanta total suavidade ao produto, siliconizado, o cone luer e a câmara de refluxo sanguíneo transparente cristal e seus protetores confeccionados em polipropileno, atóxico translúcido e de grau medicinal, cânula em aço inoxidável 304 e descartável, contendo na embalagem primária e secundária dados de procedência, lote, validade e nº de registro MS.e lote. Obedecendo ao Decreto Lei 79094/77 Art 31 da Lei 8078/90.	437185	Unid.	3.000	1.500	3.000	0	0	0	3.000	1,97	5.910,00

	De acordo com a NR 32, Legislação MT para perfurocortante.											
37	Cateter radiopaco descartável tipo epidural nº 16	455931	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	65,55	3.277,50
38	Cateter radiopaco descartável tipo epidural nº 18	455932	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	82,87	4.143,50
39	CATETER VENOSO PERIFÉRICO Nº 14. Confeccionado em teflon radiopaco, flexível, superfície lisa e ponta indeformável, c/ biselmicropolido e tridimensional, biangulado que garanta total suavidade ao produto, siliconizado, o cone luer e a câmara de refluxo sanguíneo transparente cristal e seus protetores confeccionados em polipropileno, atóxico translúcido e de grau medicinal, cânula em aço inoxidável 304 e descartável, contendo na embalagem primária e secundária dados de procedência, lote, validade e nº de registro MS.e lote. Obedecendo ao Decreto Lei 79094/77 Art 31 da Lei 8078/90. De acordo com a NR 32, Legislação MT para perfurocortante.	437175	Unid.	1.000	500	1.000	0	0	0	1.000	2,18	2.180,00
40	CATETER VENOSO PERIFÉRICO Nº 16. Confeccionado em teflon radiopaco, flexível, superfície lisa e ponta indeformável, c/ biselmicropolido e tridimensional, biangulado que garanta total suavidade ao produto, siliconizado, o cone luer e a câmara de refluxo sanguíneo transparente cristal e seus protetores confeccionados em polipropileno, atóxico translúcido e de grau medicinal, cânula em aço inoxidável 304 e descartável, contendo na embalagem primária e secundária dados de procedência, lote, validade e nº de registro. Obedecendo ao Decreto Lei 79094/77 Art 31 da Lei 8078/90 e De acordo com a NR 32, Legislação MT para perfurocortante	460347	Unid.	3.000	1.500	3.000	0	0	0	3.000	2,66	7.980,00
41	CATETER VENOSO PERIFÉRICO Nº 24 - Confeccionado em teflon radiopaco, flexível, superfície lisa e pontaindeformável, c/ biselmicropolido e tridimensional, biangulado que garanta total suavidade ao produto, siliconizado, o cone luer e a câmara de refluxo sanguíneo transparente cristal e seus protetores confeccionados em polipropileno, atóxico translúcido e de grau medicinal, cânula em aço inoxidável 304 e descartável, contendo na embalagem primária e secundária dados de procedência, lote, validade e nº	441271	Unid.	3.000	1.500	3.000	0	0	0	3.000	2,86	8.580,00

	de registro. Obedecendo ao Decreto Lei 79094/77 Art 31 da Lei 8078/90											
42	COLETOR DE URINA MASCULINO TIPO UROPEM -com bordas demarcadas, descartável, com adesivo hipoalergênico, em saco plástico, com graduação, embalagem individual,estéril, com local para identificação de dados do paciente. Diâmetro de 4, 5 e 6cm. Contém na parte externa da embalagem dados de procedência, lote, validade e nº de registro MS. Obedecendo Decr Lei 79094/77 Art 31 da Lei 8078/90	484431	Unid.	200	100	200	100	50	100	300	9,92	2.976,00
43	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO INFANTIL FEMININO -com bordas demarcadas, descartável, com adesivo hipoalergênico, em saco plástico, com graduação a cada 10 ml, embalagem individual,estéril, com local para identificação de dados do paciente, leito, enfermaria, data e tipo de exame. Contendo na parte externa da embalagem dados de procedência ,lote validade e nº de registro MS. Obedecendo ao Decreto Lei 79094/77 Art 31 da Lei 8078/90	441690	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	3,08	308,00
44	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO INFANTIL MASCULINO - Com bordas demarcadas, descartável, com adesivo hipoalergênico, em saco plástico, com graduação a cada 10 ml, embalagem individual, estéril, com local para identificação de dados do paciente, leito, enfermaria, data e tipo de exame. Contendona parte externa da embalagem dados de procedência ,lote validade enº de registro MS. Obedecendo ao Decreto Lei 79094/77 Art 31 da Lei 8078/90	441690	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	3,08	308,00
45	Coletor de urina sistema aberto, com coletor de 1500 mL.	419370	Unid.	10.000	5.000	10.000	0	0	0	10.000	3,02	30.200,00
46	Coletor material pérfuro-cortante, material papelão, capacidade total 13L	363482	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	11,06	5.530,00
47	Coletor material pérfuro-cortante, material papelão, capacidade total 20L	363485	Unid.	1.000	500	1.000	0	0	0	1.000	12,64	12.640,00
48	Compressa cirúrgica c/ 4 camadas sobrepostas, c/ fio 100% algodão, c/ alça medindo 18 cm e marcador radiopaco tipo fita, tamanho 23x25 cm. Pacote c/ 50 unidades. Qualidade igual ou superior a cremer.	442722	Pacote c/ 50 unidades	500	250	500	50	25	50	550	24,50	13.475,00
49	Compressa cirúrgica de campo operatório 45cmx50cm, 4 camadas, 15 fios/cm², cor branca, bordas em ponto overlock, retangular, c/ alça, cantos arredondados. Pcte c/ 50	443022	Pacote c/ 50 unidades	500	250	500	0	0	0	500	75,98	37.990,00

	unidades. Qualidade igual ou superior a cremer.											
50	Compressa de gaze 7,5x7,5, 8 camadas c/13 fios. Pacote c/ 500 unidades. Qualidade igual ou superior a cremer	269587	Pacote c/ 50 unidades	500	250	500	0	0	0	500	30,63	15.315,00
51	COMPRESSA DE GAZE NÃO ADERENTE 100% ALGODÃO OU MALHA DE ACETADO DE CELULOSE (RAYON). Impregnada com emulsão de petrolatum. Material estéril. Permita a drenagem de exsudatos. Recortável. Não aderente no leito da ferida. Em rolo ou produto em unidades prontas para uso. Tamanhos 7,5cm x 7,5 cm aproximadamente, com REGISTRO NA ANVISA	396708	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	6,13	3.065,00
52	Compressa Gaze 100% algodão, tipo tipo queijo, 9 fios/cm2, largura 91, comprimento 91, dobras 8 dobras. Qualidade igual ou superior a cremer.	269989	Rolo 91 m	200	100	200	0	0	0	200	96,86	19.372,00
53	Conjunto para Drenagem Mediastinal (Dreno Torácico Nr 16 + Frasco Estéril de 1000ml). A unidade de medida refere-se ao conjunto.	438490	Unid	20	10	20	0	0	0	20	17,11	342,20
54	Conjunto para Drenagem Mediastinal (Dreno Torácico Nr 24 + Frasco Estéril de 1000ml). A unidade de medida refere-se ao conjunto.	438489	Unid	20	10	20	0	0	0	20	7,64	152,80
55	Conjunto para Drenagem Mediastinal (Dreno Torácico Nr 32 + Frasco Estéril de 1000ml). A unidade de medida refere-se ao conjunto.	438501	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	25,41	2.541,00
56	Conjunto para Drenagem Mediastinal (Dreno Torácico Nr 38 + Frasco Estéril de 2000ml). A unidade de medida refere-se ao conjunto.	438492	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	22,21	2.221,00
57	contraste baritado para radiografia do sistema gastrointestinal. Frasco com no mínimo 150 ml.	448848	Frasco 150 mL	50	25	50	0	0	0	50	19,38	969,00
58	Contraste iodado para uso endovenoso em exames de tomografia computadorizada. Não iônico, de baixa osmolaridade (concentração de iodo 300 mg/ml).	434998	Frasco 50 mL	50	25	50	0	0	0	50	94,31	4.715,50
59	CREME DE BARREIRA CREME, TIPO: BARREIRA PROTETORA (FERIDAS); Descrição do produto: Indicado para prevenção de lesões na pele causadas por secreções, eliminações, exsudatos, fluidos corporais. Provenientes das feridas, fístulas, ostomias e demais lesões. Recupera o PH natural da pele. Frasco aceitável de 28 a 60 g. REGISTRO NA ANVISA .	485107	Unid.	100	50	100	30	15	30	130	58,45	7.598,50

60	CURATIVO ABSORVENTE BAIXA ADERÊNCIA PLACA. CURATIVO, TIPO: HIDROFIBRA COM AG, DIMENSÕES: 15 cm x 15 cm. Especificação técnica: Curativo estéril, não aderente, macio, material não tecido, em placa, composto por 100% de fibras de carboximetilcelulose, 1,2% de prata iônica, cloreto de benzoato e EDTA. Com costuras de celulose regenerada no sentido horizontal e vertical, podendo ser recortada em qualquer direção. Auxilia no tratamento de feridas infectadas ou com risco de infecção e na quebra de biofilme. Absorve grandes quantidades de exsudato e é indicado para tratamento de lesões agudas e crônicas. Embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica. REGISTRO NA ANVISA	484870	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	115,46	11.546,00
61	Curativo absorvente de espuma de poliuretano impregnada com íons de prata	484829	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	19,20	5.760,00
62	Curativo Acrílico Transparente, 16,8 x 19 cm (sacral)	484837	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	16,25	812,50
63	Curativo Alginato de Cálcio, 10 x 10 cm (placa)	484840	Cx c/ 10 und	10	5	10	0	0	0	10	23,70	237,00
64	Curativo com Prata. 10 x 11 cm	600697	Cx c/ 5 und	100	50	100	0	0	0	100	18,07	1.807,00
65	Curativo de carvão ativado impregnado com prata	485061	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	24,68	12.340,00
66	Curativo hidrocolóide em placa 10x10 cm,	484821	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	20,75	2.075,00
67	Curativo tipo hidrogel, característica adicional gel, esterilidade estéril. Bisnaga de 15gramas.	484920	Bisnaga	100	50	100	0	0	0	100	34,18	3.418,00
68	CURATIVO ANTISÉPTICO COMPOSTO POR TELA DE MALHA DE ALGODÃO IMPREGNADA COM PARAFINA (PETROLATUM) E SOLUÇÃO DE ACETATO DE CLOREXIDINA BP A 0,5%. Não aderente, impede a desidratação do tecido de granulação e protege a lesão contra microorganismos oportunistas. Age como uma barreira entre a ferida e um curativo secundário, permitindo a passagem do exsudato para o curativo secundário absorvente. O antisséptico de acetato de clorexidina é liberado lentamente do curativo, promovendo ação de longa duração contra bactérias gram positivas e gram negativas. Indicado para o tratamento de queimaduras, escaldaduras, lacerações, abrasões, áreas receptoras de enxertos, feridas cirúrgicas e feridas infectadas. Produto estéril. Embalado	485079	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	5,52	276,00

	individualmente e acondicionado entre duas folhas de papel siliconizado. Tamanho: 10cm x 10cm											
69	CURATIVO DE FIBRA GELIFICANTE ALTAMENTE ABSORVENTE E ADAPTÁVEL, ESTÉRIL E MACIO, FORMA UM GEL COESO E TRANSPARENTE EM CONTATO COM O EXSUDATO DA FERIDA. Este gel absorve verticalmente o excesso de fluido, bloqueia o exsudato mantendo-o afastado da ferida, assegurando um ambiente úmido que favorece o desbridamento autolítico e se adapta intimamente ao leito da ferida. A elevada resistência à umidade integrada facilita a sua remoção, numa única peça, de leitos úmidos de feridas e de feridas cavitárias, minimizando o efeito traumatizante em nível da ferida e a dor que o doente sente durante a remoção. Constituído por: 80% fibras de etilsulfonato de celulose e 20% fibras de celulose. Indicado para o tratamento de feridas exsudativas agudas e crônicas com tecido de granulação, de espessura total, parcial ou superficial. Tamanho: 10cm x 10cm, com REGISTRO NA ANVISA.	485102	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	60,33	3.016,50
70	CURATIVO DE FIBRAS GELIFICANTE ANTIMICROBIANO, composto de 80% de fibras de etilsulfonato de celulose, 20% de fibras de celulose, com prata iônica, onde oferece atividade antimicrobiana com amplo espectro de agentes patogênicos. De alta absorção de forma vertical, minimiza o risco de maceração da margem da ferida. Em contato com o fluido forma rapidamente um gel suave e coeso, e se adapta intimamente ao leito da ferida, assegura um ambiente úmido que favorece o desbridamento autolítico, permite a fácil remoção em uma peça única, não deixa resíduos, minimizando o traumatismo e a dor ao paciente, pode permanecer até 7 dias. Embalado individualmente e estéril. Tamanho: 10cm x 10cm, com REGISTRO NA ANVISA	485102	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	60,33	3.016,50
71	CURATIVO, COBERTURA, COMPOSIÇÃO: ESPUMA DE POLIURETANO, IMPREGNADO COM IBUPROFENO, APRESENTAÇÃO: EM PLACAS, 10 cm x 10 cm. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA. Curativo de cobertura primária, estéril, absorvente, composto por placa poliuretano não adesiva impregnada por ibuprofeno, insolúvel em água; Não aderente	484939	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	79,36	23.808,00

	ao leito da ferida, permite a formação de uma camada de gel absorvente; Pode ser recortada e dobrada; Medida(s): 10cm x 10cm, aceitando-se variação \pm 5%; Aplicação: indicado para feridas sangrantes, com grande quantidade de exsudato, planas ou cavitárias; Embalagem individual protetora que preserve a esterilidade; Registro na ANVISA.											
72	Ácido Paracético desinfetante hospitalar.	431816	Litro	50	25	50	0	0	0	50	28,20	1.410,00
73	Detergente Enzimático de Limpeza p/ remoção matéria orgânica por imersão manual através de lavadoras automáticas, lavadoras esterilizadoras, ultrassônicas e lavadoras de fibroscópios. Combinação de Enzimas Proteases, Amilase, Lipase e Carbohidrase, confere efeito sinérgico instantâneo, que remove c/ segurança carga orgânica de qualquer instrumento.	476022	Galão - 5000ml	50	25	50	0	0	0	50	139,09	6.954,50
74	Dreno de Kerr – Nr 12	438509	Unid.	30	15	30	0	0	0	30	18,10	543,00
75	Dreno de Kerr – Nr 14	438502	Unid.	30	15	30	0	0	0	30	18,63	558,90
76	Dreno de Kerr – Nr 20	438510	Unid.	30	15	30	0	0	0	30	17,37	521,10
77	Dreno de Kerr – Nr 8	438519	Unid.	30	15	30	0	0	0	30	14,57	437,10
78	Dreno de Sucção Sanfonado pós operatório 3.2 mm	440724	Unid	100	50	100	0	0	0	100	22,99	2.299,00
79	Dreno de Sucção Sanfonado pós operatório 6.4 mm	440724	Unid	15	8	15	0	0	0	15	22,99	344,85
80	Dreno Penrose Estéril - Nr 1	438520	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	3,24	324,00
81	Dreno Penrose Estéril - Nr 2	438520	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	3,24	324,00
82	Dreno Penrose Estéril - Nr 3	438520	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	3,24	324,00
83	Dreno Penrose Estéril - Nr 4	438520	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	3,24	324,00
84	Eletrodos descartáveis para monitoração cardíaca, Tamanho adulto.	461245	Unid.	3.000	1.500	3.000	0	0	0	3.000	12,18	36.540,00
85	Eletrodos descartáveis para monitoração cardíaca, Tamanho infantil.	461245	Unid.	3.000	1.500	3.000	0	0	0	3.000	12,18	36.540,00
86	Eletrodos descartáveis para monitoração cardíaca, Tamanho neonatal.	461244	Unid.	2.000	1.000	2.000	0	0	0	2.000	10,77	21.540,00
87	Equipo de Infusão Macrogotas/ Gravitacional Estéril com Injetor Lateral para Sistema Fechado.	610286	Unid.	10.000	5.000	10.000	0	0	0	10.000	39,75	397.500,00
88	Equipo de Infusão Macrogotas/ Gravitacional Fotossensível Estéril com Injetor Lateral para Sistema Fechado	610289	Unid.	2.000	1.000	2.000	0	0	0	2.000	23,90	47.800,00
89	Equipo Macrogotas c/ Bureta Graduada de 150 ml Estéril.	610307	Unid.	1.000	500	1.000	0	0	0	1.000	22,53	22.530,00
90	EQUIPO MICROGOTAS - Compatível com qualquer tipo de frasco ampola (bolsa) em tubo	609723	Unid.	1.000	500	1.000	0	0	0	1.000	3,44	3.440,00

	PVC de 1,2 metros, câmara de gotejamento, c/ peça em roldana para controle de refluxo, injetor lateral, embalados em blister, estéril, apirogênico, ponta vazadora com protetor, microgotas padrão, contendo na embalagem primária e secundária dados de procedência, lote, validade e nº de registro MS Rotulagem respeitando o Decreto Lei 79094/77 Art. 31 L. 8078/90 Port. Conj N1 de 23/1/96 MS , Para uso na BOMBA DE INFUSÃO LIFEMED ou SAMTRONIC, as quais devem ser fornecidas pela contratada por regime de comodato.											
91	EQUIPO MICROGOTAS FOTOSSENSÍVEL -Produzido c/ material fotoprotetor p/ evitar entrada de luz, compatível c/ qualquer tipo de frasco ampola. Com injetor lateral, com câmara de gotejamento flexível, pinça rolete p/ controle de fluxo, c/ ponta vazadora c/ protetor, descartável, apirogênico, estéril, embalado em papel grau cirúrgico. contendo externamente data de fabricação, lote e validade.	609723	Unid.	1.000	500	1.000	0	0	0	1.000	3,44	3.440,00
92	Equipo Multivias Pediátrico	609794	Unid.	2.000	1.000	2.000	0	0	0	2.000	11,87	23.740,00
93	EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL - Compatível c/ qualquer tipo de frasco ampola (bolsa) em tubo PVC de 1,2 cm, câmara de gotejamento, c/ peça em roldana para controle de refluxo, injetor lateral, embalados em blister, estéril, apirogênico, ponta vazadora c/ protetor, macrogotas padrão, contendo na embalagem primária e secundária dados de procedência, lote, validade e nº de registro MS Rotulagem respeitando o Decreto Lei 79094/77 Art. 31 L. 8078/90 Port. Conj N1 de 23/1/96 MS na Bomba de Infusão LIFEMED ou SAMTRONIC, as quais devem ser fornecidas pela contratada por regime de comodato.	610250	Unid.	800	400	800	0	0	0	800	15,53	12.424,00
94	Equipo para Bomba de Infusão Parenteral com Segmento de Silicone, com Respiro e Injetor Lateral (Sistema Fechado) compatível para uso no Aparelho Bomba de Infusão LIFEMED ou SAMTRONIC, as quais devem ser fornecidas pela contratada por regime de comodato.	616945	Unid.	1.200	600	1.200	0	0	0	1.200	2,36	2.832,00
95	Equipo para Bomba de Infusão Parenteral, para Fármacos Fotossensíveis, com Segmento de Silicone, com Respiro e Injetor Lateral (Sistema Fechado), Cor Compatível para uso no Aparelho Bomba de Infusão LIFEMED ou SAMTRONIC, as quais devem	609724	Unid.	200	100	200	0	0	0	200	3,37	674,00

	ser fornecidas pela contratada por regime de comodato.											
96	EQUIPO PARA TRANSFUSÃO DE HEMODERIVADOS - Compatível c/ qualquer tipo frasco-ampola (bolsa), c/ câmara tipo dupla e flexível, graduada em 100ml, constituído de material biocompatível, filtro de no mínimo 200 micra, obrigatoriamente atóxico e estéril, uso único, para infusão de sangue e hemoderivados, com ponta perfurante, tipo rolete de alta precisão. Embalagem contendo identificação do produto, nº de lote de fabricação, data de esterilização, validade.	610183	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	6,98	3.490,00
97	Escova de Degermação, aplicação com PVP à 10% iodado à 1%, estéril, descartável, características adicionais embalada individualmente.	620164	Unid.	400	200	400	0	0	0	400	2,34	936,00
98	Espaçador, com máscara infantil ultra-flexível bivalvulada, adaptador universal para spray aerossol, transparente, câmara inquebrável.	321786	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	36,64	3.664,00
99	Esparadrapo - material algodão, largura 10cm, comprimento 4,50 M, características adicionais branco.	446603	Unid.	1.000	500	1.000	0	0	0	1.000	12,75	12.750,00
100	Filme radiológico, tipo Raio- X digital adicional compatível processamento seco, dimensões 10X12 polegadas (24X30cm), para impressora AGFRA DRYSTAR	415576	Cx c/ 100 películas	20	10	20	0	0	0	20	169,16	3.383,20
101	Filme radiológico, tipo Raio- X, digital adicional compatível processamento seco, dimensões 10X12 polegadas (24x30cm), para impressora AGFRA DRYSTAR DT2 MAMMO	415181	Cx c/ 100 películas	10	5	10	0	0	0	10	349,72	3.497,20
102	Filme radiológico, tipo Raio- X, digital adicional para processamento seco, dimensões 10X12 polegadas (24X30cm) compatível impressora KONICA Minolta, Drypro SD-Q	415183	Cx c/ 125 películas	20	10	20	0	0	0	20	421,33	8.426,60
103	Filme radiológico, tipo Raio- X, digital adicional para processamento seco, dimensões 14X17 polegadas (35X43cm), compatível impressora AGFRA DRYSTAR	415186	Cx c/100 películas	20	10	20	0	0	0	20	561,92	11.238,40
104	Filme radiológico, tipo raios-X, digital adicional para processamento seco, dimensões 14X17 polegadas (35x43cm), p/ impressora Konica Minolta, Drypro SD-Q	415186	Cx c/ 100 películas	20	10	20	0	0	0	20	561,92	11.238,40

105	Fio de Sutura CATGUT cromado 0-0, 70 cm c/ Ag. 4,0 - 1/2 Círculo Cilíndrica. Para fechamento Gastrointestinal	487020	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	7,40	3.700,00
106	Fio de Sutura CATGUT simples 2-0, 75 cm c/ Ag. 2,5- ½, Círculo Cilíndrica. Para fechamento Ginecológico	486962	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	6,40	3.200,00
107	Fio de sutura mononylon 5-0, preto, 70cm, c/ agulha ½ de 17mm	603564	Unid.	500	250	500	50	25	50	550	4,08	2.244,00
108	Fio de sutura, Catgut coromado, c/ agulha 3-0, compr. mínimo 70 cm, 3/8 círculo cilíndrica, 2,0 cm, estéril	487513	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	7,55	3.775,00
109	Fio de sutura, CATGUT coromado, c/ agulha, 2-0, 70cm, 1/2 círculo cilíndrica, 3,0 cm, estéril	487015	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	6,64	3.320,00
110	Fio de sutura, CATGUT simples, c/ agulha, 3-0, compr. mínimo 70 cm, 3/8 círculo cilíndrica, 2,0 cm, estéril	487003	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	5,76	2.880,00
111	Fio de sutura, POLIGLECAPRONE 25, 4-0, incolor, 70 cm, c/ agulha 3/8 círculo cortante, 2,0 cm, estéril	487236	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	8,32	2.496,00
112	Fio de sutura, POLIPROPILENO, 4-0, c/ almofada de teflon, 1/2 círculo cilíndrica, 1,50 cm	487534	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	6,91	2.073,00
113	Fio Guia para Intubação tipo "Bougie", tamanho 15F Adulto (o- 5,0mm/ c- 70cm)	452988	Unid.	10	5	10	0	0	0	10	9,32	93,20
114	Fio Sutura CATGUT cromado 1-0, 70cm, c/ agulha. 4,0cm-1/2 Círculo Cilíndrica. Para Fechamento Obstétrico e Ginecológico.	487020	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	6,44	1.932,00
115	Fio Sutura CATGUT cromado 2-0, 70cm, c/ Ag. 3,0cm-3/8 Círculo Cortante.	487015	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	6,64	1.992,00
116	Fio Sutura CATGUT cromado 2-0, 70cm, c/ Ag. 4,0cm Robusta - 1/2 Círculo Cilíndrica, Para Fechamento Obstétrico e Ginecológico.	487012	Envel.	500	250	500	0	0	0	500	4,54	2.270,00
117	Fio Sutura catgut simples 0, incolor, comp mín 70cm, c/ 3 fios e 3 agulhas, tipo 2 agulhas 1/2 círculo cilíndricas c/ 4 e 5 cm, forma agulha 1 agulha 3,8 círculo cortante 3cm, tipo embalagem kit obstétrico estéril descartável.	486981	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	4,82	2.410,00
118	Fio Sutura Mononylon 2-0, preto, 70cm, Ag. 3,5cm, 1/2 Círculo Cilíndrica.	487455	Unid.	500	250	500	50	25	50	550	26,79	14.734,50
119	Fio Sutura Mononylon 3-0, preto, 45cm, c/ Ag. 1,5cm, 1/2 Círculo Cortante.	487439	Unid.	500	250	500	50	25	50	550	41,41	22.775,50
120	Fio Sutura Mononylon 3-0, preto, 45cm, c/ Ag. 3cm, (3/8) Círculo Cortante.	487445	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	28,12	14.060,00

121	Fio Sutura Mononylon 4-0, preto, 45cm c/ Ag 2,5 cm, 1/2 Círculo Cortante.	487425	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	35,33	17.665,00
122	Fio Sutura Polidioxanona 0, violeta, comp. 70cm, tipo agulha 1/2 Círculo Cilíndrica, comprim. 4.	487213	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	7,04	3.520,00
123	Fio Sutura Polidioxanona 1, violeta, 120cm, agulha 1/2 Círculo Cilíndrica, c/ 6,5.	487214	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	10,51	5.255,00
124	Fio Sutura Polidioxanona 1-0, violeta, comp. 120cm, tipo agulha 1/2 Círculo Cilíndrica, comprim. 7.	487218	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	6,78	678,00
125	Fio Sutura Poliglactina "0", 70cm, c/ Ag. 2,5cm - 1/2 Círculo Cilíndrica.	487160	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	8,00	4.000,00
126	Fio Sutura Poliglactina "0", 70cm, c/ Ag. 3,0cm - 3/8 Círculo Cortante.	487160	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	8,00	4.000,00
127	Fio Sutura Poliglactina "0", 70cm, c/ Ag. 4,0cm - 1/2 Círculo Cilíndrica.	487157	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	8,69	4.345,00
128	Fio Sutura Poliglactina "2-0", incolor, 70cm, c/ 3 fios e 3 agulhas tipo 2 agulha, 70cm, 1/2 Círculo Cilíndrica c/ 4 e 5 cm, agulha 3,8 círculo cortante 3cm tipo embalagem kit obstétrico estéril descartável.	487072	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	8,03	4.015,00
129	Fio Sutura Poliglactina 1, violeta, comp. 90cm, tipo agulha 1/2 Círculo Cilíndrica, comprim. 50mm.	487182	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	7,86	3.930,00
130	Fio Sutura Poliglactina 1-0, 70cm, c/ Ag. 4,0cm - 1/2 Círculo Cilíndrica.	487154	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	7,89	3.945,00
131	Fio Sutura Poliglactina 1-0, 70cm, c/ Ag. 4,0cm - 3/8 Círculo Cortante.	487164	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	7,98	2.394,00
132	Fio Sutura Poliglactina 2-0, 70cm, c/ Ag. 3,0cm - 3/8 Círculo Cortante.	487143	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	7,30	2.190,00
133	Fio Sutura Poliglactina 2-0, 70cm, c/ Ag. 3,5cm - 1/2 Círculo Cilíndrica.	487138	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	8,40	2.520,00
134	Fio Sutura Poliglactina 2-0, 70cm, c/ Ag. 4,0cm - 1/2 Círculo Cilíndrica.	487138	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	8,40	R2.520,00
135	Fio Sutura Poliglactina 3-0, 70cm, c/ Ag. 2,5cm - 1/2 Cilíndrica Cilíndrica.	487120	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	8,28	2.484,00
136	Fio Sutura Poliglactina 3-0, 70cm, c/ Ag. 3,0cm - 3/8 Cilíndrica Cortante.	487125	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	10,05	3.015,00
137	Fio Sutura Poliglactina 3-0, 70cm, c/ Ag. 3,5cm - 1/2 Cilíndrica Cilíndrica.	487121	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	9,33	2.799,00
138	Fio Sutura Poliglactina trançado, 0, incolor, 70 cm, c/ 3 fios e 3 agulhas, 2 agulhas ½ círculos cilíndricas c/ 4 e 5 cm, 1 agulha 3/8 círculo cortante 3 cm. KIT	487072	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	8,03	2.409,00

	OBSTÉTRICO, descartável, estéril											
139	Fio Sutura Polipropileno "0", 75cm, c/ Ag. 2,5cm - 1/2 Círculo Cilíndrica.	487532	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	5,22	1.566,00
140	Fio Sutura Polipropileno "0", 75cm, c/ Ag. 4,0cm - 1/2 Círculo Cilíndrica.	487534	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	6,91	2.073,00
141	Fio Sutura Seda trançada 2-0, cor preta, comp. 70cm, tipo agulha 3/8 Círculo Cilíndrica, comprim. Agulha 3,0.	487571	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	5,06	1.518,00
142	Fio Sutura, algodão, 0, preto, sem agulha, 15 X 45 cm	600145	Unid.	400	200	400	0	0	0	400	3,77	1.508,00
143	Fio sutura, CATGUT simples, c/ agulha, 4-0, mínimo 70 cm, 3/8 círculo cilíndrica, 1,50 cm, estéril, Cx c/ 24 und	486939	Unid.	960	480	960	0	0	0	960	105,60	101.376,00
144	Fita adesiva crepe	278968	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	5,79	1.737,00
145	Fita adesiva para autoclave Comp. 30m x Larg. 1,9cm.	279026	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	4,68	1.404,00
146	Fita hipoalérgica 10x4,5 (5,5) (micropore)	439002	Unid.	80	40	80	0	0	0	80	7,77	621,60
147	Fita/teste embaladas individualmente p/ detecção de níveis de glicose de 20 a 600mg/dl em sangue capilar. As tiras devem possuir eletrodo de compensação que elimina substâncias interferentes tais como Vitamina C e outras substâncias endógenas possibilitando adição de segunda gota de sangue quando a primeira gota não houver sido suficiente. A leitura dos resultados deve ser realizada em até 30 segundos . Com regime do glicosímetro com a seção de uso por comodato. Cx c/ 50 tiras	339565	Unid.	15.000	7.500	15.000	0	0	0	15.000	1,56	23.400,00
148	Fixador sonda nasal adulto	483408	Unid	300	150	300	0	0	0	300	1,50	450,00
149	Fixador sonda nasal pediátrico	483408	Unid	300	150	300	0	0	0	300	1,50	450,00
150	Fralda Geriátrica Descartável, tipo formato anatômico, tamanho extra grande, peso usuário acima de 60 kg, características adicionais com elástico nas pernas, material manta absorção tecido anti-alérgico, tipo adesivo fixação duplo, tipo usuário Adulto, tipo uso diurno e noturno, uso hospitalar. Qualidade igual ou superior a Confort.	616138	Unid	3.000	1.500	3.000	0	0	0	3.000	1,43	4.290,00
151	Fralda Geriátrica Descartável, tipo formato anatômico, tamanho grande, peso usuário de 40 a 70 kg, características adicionais com elástico nas pernas, material manta absorção tecido anti-alérgico, tipo adesivo fixação duplo, tipo usuário Adulto, tipo uso diurno e noturno, uso hospitalar. Qualidade igual ou superior a Confort.	616137	Unid	2.000	1.000	2.000	0	0	0	2.000	3,21	6.420,00

152	Fralda Infantil Descartável, tipo formato anatômico, tamanho grande, peso usuário acima de 10 Kg, características adicionais com elástico nas pernas, material manta absorção tecido hipoalergênico, cobertura ext. impermeável, tipo adesivo fixação fitas adesivas multiajustáveis, tipo usuário infantil, uso hospitalar. Qualidade igual ou superior a Pampers.	616024	Unid	1.500	750	1.500	0	0	0	1.500	R\$ 4,29	R\$ 6.435,00
153	Fralda Infantil Descartável, tipo formato anatômico, tamanho médio, peso usuário acima de 5 Kg, características adicionais com elástico nas pernas, material manta absorção tecido hipoalergênico, cobertura ext. impermeável, tipo adesivo fixação fitas adesivas multiajustáveis, tipo usuário infantil, uso hospitalar. Qualidade igual ou superior a Pampers.	616022	Unid	3.000	1.500	3.000	0	0	0	3.000	0,98	2.940,00
154	Fralda Infantil Descartável, tipo formato anatômico, tamanho pequeno, características adicionais com elástico nas pernas, material manta absorção tecido hipoalergênico, cobertura ext. impermeável, tipo adesivo fixação fitas adesivas multiajustáveis, tipo usuário infantil, uso hospitalar. Qualidade igual ou superior a Pampers.	616006	Unid	3.000	1.500	3.000	0	0	0	3.000	0,61	1.830,00
155	Gaze antimicrobiana curativo de gaze tecido 100% algodão impregnado com PHMB (polihexametileno de biguanida) na concentração mínima de 0,2%)	615986	Unid	200	100	200	0	0	0	200	0,89	178,00
156	GAZE RAYON EMBEBIDA COM ÓLEO AGE, copaiba e melaleuca tam 7,5x15 c/ 3 ml de óleo. Adição de vit A e E, oferecem a lesão efeito antiinflamatório, antifúngico, antibacteriano, anti-septico e analgésico. Produto com grau risco IV na ANVISA, pode ser utilizado em feridas profundas, estrutura óssea e tendão. Pode ser associado a outros curativos como hidrogeis, bota de unna e carvão ativado.	615896	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	6,13	1.839,00
157	Gel Condutor para Ultrassonografia.	438929	Galão - 5L	20	10	20	0	0	0	20	43,54	870,80
158	GEL PARA LIMPEZA E HIDRATAÇÃO, DESBRIDAMENTO COM PHMB; GEL PARA DESCONTAMINAÇÃO DE FERIDAS. Solução para descontaminação, irrigação e tratamento de lesões e feridas; composicao: 0,1% de polihexanida (PHMB), 0,1% DE BETAÍNA, carboximetilcelulose, cocoamidopropilbetaína, glicerina e água purificada, com laudos de ação bactericida para	485108	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	80,05	4.002,50

	pseudomonas, salmonella e outros germes, toxidade/reatividade biológica intracutânea, sensibilidade cutânea e avaliação de potencia de toxicidade; apresentação: frasco aceitável de 30 a 200 GRAMAS; necessário registro da anvisa; apresentar junto a proposta a bula original; embalagem: que contenha informações referente ao produto, como ,lote, data validade e mantenha integridade. REGISTRO NA ANVISA.											
159	HIDROGEL AMORFO, ESTERIL, TRANSPARENTE, COMPOSTO POR ÁGUA DEIONIZADA, GLICERINA, CARBOXIMETIL-CELULOSE SÓDICA, ALANTOÍNA, ÁLCOOL BENZILICO, METILPARABENO, PROPILPARABENO E PRESERVATIVOS ANTIMICROBIANOS. Reidrat a e ajuda a remoção do tecido necrótico seco. Não irritante, não sensibilizante, suave ao tecido de granulação frágil. É indicado para o desbridamento autolítico de áreas necrosadas e/ou com esfacelo e na estimulação do crescimento do tecido de granulação, lesões superficiais ou profundas. Embalado individualmente em bisnaga com bico. Estéril. tamanho: tubo de 25gr.	484920	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	48,45	2.422,50
160	HIDROGEL ASSOCIADO A ALGINATO: Especificação técnica: gel incolor hidratante e absorvente, constituído de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbômero 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, sorbato de potássio, ácido bórico, hidantoína - conservantes estes de grande importância para manutenção da estabilidade do produto por até 28 dias após aberto. Tubo de 85g. REGISTRO NA ANVISA.	484922	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	50,67	2.533,50
161	Indicador Químico Bower Dick	376428	caixa c/ 250	1.000	500	1.000	0	0	0	1.000	23,67	23.670,00
162	Iodopovidona (pvpj), concentração a 10% (teor de iodo 1%), forma farmaceutica solução degermante	398705	Frasco 500 mL	50	25	50	30	15	30	80	37,98	3.038,40
163	Lâmina de Bisturi nº 12. Caixa c/ 100 unidades	313628	Caixa	50	25	50	0	0	0	50	52,14	2.607,00
164	Lâmina de Bisturi nr 11. Caixa c/ 100 unidades	313571	Caixa	50	25	50	0	0	0	50	46,24	2.312,00
165	Lâmina de Bisturi nr 15. Caixa c/ 100 unidades	366903	Caixa	50	25	50	0	0	0	50	46,40	2.320,00
166	Lâmina de Bisturi nr 21. Caixa c/ 100 unidades	273179	Caixa	50	25	50	10	5	10	60	31,10	1.866,00

167	Lâmina de Bisturi nr 22. Caixa c/ 100 unidades	313630	Caixa	50	25	50	10	5	10	60	44,55	2.673,00
168	Lâmina de Bisturi nr 24. Caixa c/ 100 unidades	299240	Caixa	50	25	50	10	5	10	60	53,30	3.198,00
169	Lençol descartável. Sem elástico	481796	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	2,00	200,00
170	Luva Cirúrgica Estéril - Nr 6,5	366700	Par	1.000	500	1.000	0	0	0	1.000	2,00	2.000,00
171	Luva Cirúrgica Estéril - Nr 7,0	366699	Par	1.000	500	1.000	200	100	200	1.200	2,11	2.532,00
172	Luva Cirúrgica Estéril - Nr 7,5	366698	Par	500	250	500	200	100	200	700	2,15	1.505,00
173	Luva Cirúrgica Estéril - Nr 8,0	366697	Par	300	150	300	0	0	0	300	2,25	675,00
174	Luva de procedimento tamanho G, caixa c/ 100 und	366698	Caixa	50	25	50	0	0	0	50	28,33	1.416,50
175	Luva de procedimento tamanho M, caixa c/ 100 und	366699	Caixa	500	250	500	0	0	0	500	24,20	12.100,00
176	Luva de procedimento tamanho P, caixa c/ 100 und	366700	Caixa	500	250	500	0	0	0	500	18,20	9.100,00
177	Malha Tubular Ortopédica, algodão, largura 10, comprimento 25	460137	Rolo 25M	15	8	15	0	0	0	15	14,28	214,20
178	Malha Tubular Ortopédica, algodão, largura 15, comprimento 25	460139	Rolo 25M	15	8	151	0	0	0	15	15,20	228,00
179	Malha Tubular Ortopédica, algodão, largura 20, comprimento 25	460138	Rolo 25M	15	8	15	0	0	0	15	22,07	331,05
180	Mangueira, silicone autoclavável, tubo redutor 1,5cm, compatível c/ aspirador de vapores wavevac. Conjunto completo. A unidade de medida refere-se ao conjunto.	282229	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	119,78	5.989,00
181	MEMBRANA REGENERADORA POROSA. Membrana de celulose Cristalina capaz de substituir a pele temporariamente. Bio compatível, inerte, textura fina e com alta resistência no estado úmido. Não se faz necessário troca diária, promove tecido de granulação e isola terminações nervosas, rápida regeneração da pele, não causa alergia, mantém área úmida e possibilita visualização da lesão. Uso em queimaduras 2 grau, escoriações, LPP, epidermolise bolhosa, feridas cirúrgica, úlcera arterial e venosa. Com REGISTRO NA ANVISA. Dimensões 10 x 7,5 cm	485102	Unid.	30	15	30	0	0	0	30	56,57	1.697,10
182	MEMBRANA REGENERADORA POROSA.	485100	Unid.	30	15	30	0	0	0	30	49,36	1.480,80

	Membrana de celulose Cristalina capaz de substituir a pele temporariamente. Bio compatível, inerte, textura fina e com alta resistência no estado úmido. Não se faz necessário troca diária, promove tecido de granulação e isola terminações nervosas, rápida regeneração da pele, não causa alergia, mantém área úmida e possibilita visualização da lesão. Uso em queimaduras 2 grau, escoriações, LPP, epidermolise bolhosa, feridas cirúrgica, úlcera arterial e venosa. Com REGISTRO NA ANVISA. Dimensões 15 x 10 cm											
183	Oxímetro portátil de dedo com visor	441991	Unid.	3	2	3	2	1	2	5	1.383,33	6.916,65
184	Papel Grau cirúrgico largura 25cm, comprimento 100	446031	Rolo	50	25	50	0	0	0	50	203,94	10.197,00
185	Papel Grau cirúrgico largura 45cm, comprimento 100	462801	Rolo	50	25	50	0	0	0	50	215,55	10.777,50
186	Papel termosensível p/ uso em eletrocardiograma	454804	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	57,09	5.709,00
187	Preservativo masculino, material látex, comprimento mínimo 16, largura 4,40, espessura mínima 0,045, Aplicação exames de ultrassonografia, sem lubrificante.	332814	Unid.	1.000	500	1.000	0	0	0	1.000	0,75	750,00
188	PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO MÃE E FILHO-confeccionada em material plástico, macio, resistente, antialérgico, lacre inviolável, bordas laterais delicadas, área para inscrição de 12,5cm, com 14 pontos de regulagem, Contendo na parte externa da embalagem dados de procedência ,lote validade e nº de registro MS	479732	Unid.	3.000	1.500	3.000	0	0	0	3.000	2,94	8.820,00
189	Pulseira de Identificação p/ adulto. Pacote c/ 100 und	225101	Unid	9.000	4.500	9.000	0	0	0	9.000	0,73	6.570,00
190	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, COR:VERDE, COMPRIMENTO:25 A 30 CM, TIPO MATERIAL:RESISTENTE, ANTIALÉRGICO, USO:PULSO, APLICAÇÃO:IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTES,CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FECHO INVIOLÁVEL, REGULÁVEL, DESCARTÁVEL, MATERIAL:VINIL TRILAMINADO	462285	Unid.	15.000	7.500	15.000	0	0	0	15.000	0,44	3.080,00
191	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, TIPO:COM IMPRESSÃO, COR:AZUL, LARGURA:2 CM,COMPRIMENTO:24 CM, USO:PULSO, APLICAÇÃO:IDENTIFICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM LACRE	471309	Unid.	7.000	3.500	7.000	0	0	0	7.000	0,15	1.050,00

	ADESIVO INVIOVEL, MATERIAL:POLIETILENO											
192	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, COR: AMARELO, LARGURA:2 CM, COMPRIMENTO:24 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM LACRE ADESIVO EM TYVEK, MATERIAL:PAPEL SINTÉTICO	462283	Unid.	15.000	7.500	15.000	0	0	0	15.000	0,26	3.900,00
193	PULSEIRA IDENTIFICAÇÃO, TIPO:SEM IMPRESSÃO, COR: VERMELHO, LARGURA:2,50 CM,COMPRIMENTO:21 CM, TIPO MATERIAL:ATÓXICO E ANTIALÉRGICO, USO:PULSO, COR BÁSICA:NÃO APLICÁVEL,APLICAÇÃO:C ONTROLE PARQUE/CLUBE/HOSPITAL/ CONGRESSO/FEIRA/, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COLAGEM DEFINITIVA E RETIRADA FÁCIL	225102	Unid.	7.000	3.500	7.000	0	0	0	7.000	0,10	700,00
194	SACO PLASTICO LISO IMPERMEAVEL PARA OBITUARIO (tamanho G) - Saco impermeável p/ cobertura de óbito, c/ fechadura ziper completo, opaco, c/ ficha de identificação externa. A embalagem deve informar informações básicas de procedencia	435432	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	12,94	1.294,00
195	SACO PLASTICO LISO IMPERMEAVEL PARA OBITUARIO (tamanho M) - Saco impermeável p/ cobertura de óbito, com fechadura ziper completo, opaco, c/ ficha de identificação externa. A embalagem deve informar informações básicas de procedencia	432182	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	10,47	1.047,00
196	SACO PLASTICO LISO IMPERMEAVEL PARA OBITUARIO (tamanho P) -Saco impermeável p/ cobertura de óbito, c/ fechadura ziper completo, opaco, com ficha de identificação externa. A embalagem deve informar informações básicas de procedencia	315846	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	9,32	932,00
197	Sapatilha Pró-pé Descartável. Pacote c/ 100 und	436854	Pct alterado por embalagem m c/ 100 Unid	100	50	100	0	0	0	100	6,50	650,00
198	Scalp Descartável Estéril – Nr 21	437173	Unid.	1.000	500	1.000	200	100	200	1.200	1,40	1.680,00
199	Scalp Descartável Estéril – Nr 23	437174	Unid.	1.000	500	1.000	200	100	200	1.200	2,56	3.072,00

200	SCALPE Nº 19. Agulha flexível para punção/ fixação, tubo em PVC transparente, tampas protetoras, siliconizadas, uniforme, atóxico, apirogênico, estéril, embaladas em blister de papel grau cirúrgico. Contendo na embalagem primária e secundária dados de procedência, lote, validade e nº de registro MS . De acordo com a nova legislação do MT para perfurocortantes quer atenda a NR32.	437164	Unid.	500	250	500	0	0	0	500	0,61	305,00
201	SCALPE Nº 25. Agulha flexível para punção/ fixação, tubo em PVC transparente, tampas protetoras, siliconizadas, uniforme, atóxico, apirogênico, estéril, embaladas em blister de papel grau cirúrgico. Contendo na embalagem primária e secundária dados de procedência, lote, validade e nº de registro MS . De acordo com a nova legislação do MT para perfurocortantes quer atenda a NR32.	437172	Unid.	500	250	500	200	100	200	700	1,10	770,00
202	Seringa Descartável c/ Bico Liso de 10ml c/ ag	439709	Unid.	30.000	15.000	30.000	0	0	0	30.000	0,83	24.900,00
203	Seringa Descartável c/ Bico Liso de 20ml c/ ag.25 x 7.	439712	Unid.	20.000	10.000	20.000	0	0	0	20.000	0,87	17.400,00
204	Seringa Descartável c/ Bico Liso de 3ml c/ ag	439713	Unid.	20.000	10.000	20.000	0	0	0	20.000	0,44	8.800,00
205	Seringa Descartável c/ Bico Liso de 5ml c/ ag.	439701	Unid.	25.000	12.500	25.000	0	0	0	25.000	0,70	17.500,00
206	Seringa Descartável c/ Bico Liso de 60ml c/ ag	439636	Unid.	1.000	500	1.000	0	0	0	1.000	2,04	2.040,00
207	Seringa Descartável de 1 ml c/ ag.	449169	Unid.	3.000	1.500	3.000	0	0	0	3.000	0,35	1.050,00
208	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 06. Sonda estéril e apirogênica, de plástico transparente e flexível, com único orifíciol distal. Embalagem individual , com dados de identificação, procedência, lote e validade.	279760	Unid.	200	100	200	0	0	0	200	1,05	210,00
209	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08. Sonda estéril e apirogênica, de plástico transparente e flexível, com único orifíciol distal. Embalagem individual , com dados de identificação, procedência, lote e validade.	279763	Unid.	200	100	200	0	0	0	200	1,10	220,00
210	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10. Sonda estéril e apirogênica, de plástico transparente e flexível, com único orifíciol distal. Embalagem individual , com dados de identificação, procedência, lote e validade.	279765	Unid.	200	100	200	0	0	0	200	1,01	202,00
211	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 12. Sonda estéril e apirogênica, de plástico transparente e flexível, com único orifíciol distal.	279764	Unid.	200	100	200	0	0	0	200	1,23	246,00

	Embalagem individual , com dados de identificação, procedência, lote e validade.											
212	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14. Sonda estéril e apirogênica, de plástico transparente e flexível, com único orifício distal. Embalagem individual , com dados de identificação, procedência, lote e validade.	279761	Unid.	200	100	200	0	0	0	200	1,38	276,00
213	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 16. Sonda estéril e apirogênica, de plástico transparente e flexível, com único orifício distal. Embalagem individual , com dados de identificação, procedência, lote e validade.	279762	Unid.	200	100	200	0	0	0	200	1,59	318,00
214	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 18. Sonda estéril e apirogênica, de plástico transparente e flexível, com único orifício distal. Embalagem individual , com dados de identificação, procedência, lote e validade.	283986	Unid.	200	100	200	0	0	0	200	1,62	324,00
215	SONDA DE FOLEY Nº 04 COM 02 VIAS - Estéril e siliconizada, c/ extremo distal fechado e atraumático, com 2 orifícios lateral e um pequeno balão, extremo proximal com 2 vias. Embalagem em papel grau cirúrgico, c/ dados de identificação, lote e procedência.	436228	Unid	50	25	50	0	0	0	50	1,52	76,00
216	SONDA DE FOLEY Nº 06 COM 02 VIAS - Estéril e siliconizada, c/ extremo distal fechado e atraumático, com 2 orifícios lateral e um pequeno balão, extremo proximal com 2 vias. Embalagem em papel grau cirúrgico, c/ dados de identificação, lote e procedência.	435996	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	2,87	143,50
217	SONDA DE FOLEY Nº 08 COM 02 VIAS - Estéril e siliconizada, c/ extremo distal fechado e atraumático, com 2 orifícios lateral e um pequeno balão, extremo proximal com 2 vias. Embalagem em papel grau cirúrgico, c/ dados de identificação, lote e procedência.	435998	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	2,95	147,50
218	SONDA DE FOLEY Nº 16 COM 03 VIAS. Estéril e siliconizada, com extremo distal fechado e atraumático, . Embalagem em papel grau cirúrgico, com dados de identificação , lote e procedência	436837	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	3,07	153,50
219	SONDA DE FOLEY Nº 18 COM 02 VIAS - Estéril e siliconizada, c/ extremo distal fechado e atraumático, com 2 orifícios lateral e um pequeno balão, extremo proximal com 2 vias. Embalagem em papel grau	464222	Unid.	200	100	200	0	0	0	200	3,24	648,00

	cirúrgico, c/ dados de identificação, lote e procedência.											
220	SONDA DE FOLEY Nº 18 COM 03 VIAS. Estéril e siliconizada, com extremo distal fechado e atraumático, . Embalagem em papel grau cirúrgico, com dados de identificação , lote e procedência	436838	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	3,32	166,00
221	Sonda Foley, 02 Vias c/ Balão, Nr 10.	436008	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	1,92	96,00
222	Sonda Foley, 02 Vias c/ Balão, Nr 14.	435995	Unid.	200	100	200	0	0	0	200	1,96	392,00
223	Sonda Foley, 02 Vias c/ Balão, Nr 16.	435999	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	2,06	618,00
224	Sonda nasoenteral - nº 10	435901	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	7,36	368,00
225	Sonda nasoenteral - nº 12	435902	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	7,41	741,00
226	Sonda nasoenteral - nº 16	438399	Unid.	30	15	30	0	0	0	30	1,74	52,20
227	Sonda nasoenteral - nº 6	437216	Unid.	20	10	20	0	0	0	20	0,77	15,40
228	Sonda nasoenteral - nº 8	438982	Unid.	30	15	30	0	0	0	30	0,89	26,70
229	SONDA NASOENTERAL Nº 14 - Sonda estéril e apirogênica, fabricada em tubo de poliuretano atóxico, flexível, c/ linha radiopaca p/ raio X, comprimento 140cm, conector superior em Y, ponta atraumática c/ peso, acompanha fio guia em aço inox. Embalagem individual, com dados de identificação, procedência, lote e validade.	438395	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	18,14	907,00
230	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 10 –estéril apirogênica, de plástico transparente e flexível, extremo proximal aberto com dispositivo p/ fechamento e extremo distal fechado possuindo orifícios laterais, ponta atraumática	438394	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	7,77	388,50
231	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 4 –estéril apirogênica, de plástico transparente e flexível, extremo proximal aberto com dispositivo p/ fechamento e extremo distal fechado possuindo orifícios laterais, ponta atraumática	435905	Unid.	30	15	30	0	0	0	30	1,31	39,30
232	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 6 –estéril apirogênica, de plástico transparente e flexível, extremo proximal aberto com dispositivo p/ fechamento e extremo distal fechado possuindo orifícios laterais, ponta atraumática	435903	Unid.	30	15	30	0	0	0	30	1,19	35,70
233	SONDA NASOGÁSTRICA CURTA Nº 8 –estéril apirogênica, de plástico transparente e flexível, extremo proximal aberto com dispositivo p/ fechamento e extremo distal fechado possuindo orifícios laterais, ponta atraumática	435904	Unid.	30	15	30	0	0	0	30	1,48	44,40

234	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 12 –estéril apirogênica, de plástico transparente e flexível, extremo proximal aberto com dispositivo p/ fechamento e extremo distal fechado possuindo orifícios laterais, ponta atraumática	438984	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	8,03	401,50
235	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 14 –estéril apirogênica, de plástico transparente e flexível, extremo proximal aberto com dispositivo p/ fechamento e extremo distal fechado possuindo orifícios laterais, ponta atraumática	438985	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	2,47	123,50
236	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 16 –estéril apirogênica, de plástico transparente e flexível, extremo proximal aberto com dispositivo p/ fechamento e extremo distal fechado possuindo orifícios laterais, ponta atraumática	438986	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	2,24	112,00
237	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 18 –estéril apirogênica, de plástico transparente e flexível, extremo proximal aberto com dispositivo p/ fechamento e extremo distal fechado possuindo orifícios laterais, ponta atraumática	438987	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	2,09	104,50
238	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 20 –estéril apirogênica, de plástico transparente e flexível, extremo proximal aberto com dispositivo p/ fechamento e extremo distal fechado possuindo orifícios laterais, ponta atraumática	435908	Unid	120	60	120	0	0	0	20	2,04	244,80
239	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 22 –estéril apirogênica, de plástico transparente e flexível, extremo proximal aberto com dispositivo p/ fechamento e extremo distal fechado possuindo orifícios laterais, ponta atraumática	435906	Unid	120	60	120	0	0	0	120	1,80	216,00
240	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº 24 –estéril apirogênica, de plástico transparente e flexível, extremo proximal aberto com dispositivo p/ fechamento e extremo distal fechado possuindo orifícios laterais, ponta atraumática	435907	Unid	120	60	120	0	0	0	120	1,42	170,40
241	Sonda uretral de alívio - nº 06.	435970	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	10,38	519,00
242	Sonda uretral de alívio - nº 10.	435972	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	9,61	480,50
243	Sonda uretral de alívio - nº 12.	435976	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	9,53	476,50
244	SONDA URETRAL Nº 08. 8CH x 40cm, estéril, descartável, siliconizada, de plástico transparente, flexível, com extremo distal fechado, com ponta atraumática, com orifícios laterais, extremo proximal, com conector universal e dispositivo para fechamento. Embalagem	437440	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	1,06	53,00

	individual, com dados de procedência, lote e validade.											
245	SONDA URETRAL Nº 14. 14CH x 40cm, estéril, descartável, siliconizada, de plástico transparente, flexível, com extremo distal fechado, com ponta atraumática, com orifícios laterais, extremo proximal, com conector universal e dispositivo para fechamento. Embalagem individual, com dados de procedência, lote e validade	438410	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	1,63	81,50
246	SONDA URETRAL Nº 16. 16CH x 40cm, estéril, descartável, siliconizada, de plástico transparente, flexível, com extremo distal fechado, com ponta atraumática, com orifícios laterais, extremo proximal, com conector universal e dispositivo para fechamento. Embalagem individual, com dados de procedência, lote e validade.	438411	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	1,20	60,00
247	Termômetro digital axilar	257952	Unid.	6	3	6	6	3	6	12	10,11	121,32
248	Transdutor de pressão intra arterial (PIA) com conector tipo "BD" (Ex marca Antmed modelo PT161103)	456959	Unid.	30	15	30	0	0	0	30	154,05	4.621,50
249	Tubo Endotraqueal c/ CUFF - Nr 3,5	451401	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	3,51	175,50
250	Tubo Endotraqueal c/ CUFF - Nr 7,0	451402	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	4,13	413,00
251	Tubo Endotraqueal c/ CUFF - Nr 7,5	451397	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	3,31	331,00
252	Tubo Endotraqueal s/ CUFF - Nr 2,5	451435	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	3,03	151,50
253	Tubo Endotraqueal s/ CUFF - Nr 3,0	451434	Unid.	50	25	50	0	0	0	50	2,98	149,00
254	Umidificador p/ Ar Comprimido	435411	Unid.	300	150	300	0	0	0	300	16,79	5.037,00
255	Indicador químico tipo Bowie Dick Tipo folha (Tipo 2)	340811	Unid	400	200	400	0	0	0	400	493,73	197.492,00
256	Integrador químico classe 5	376428	Unid.	450	225	450	0	0	0	450	6,03	2.713,50
257	CATETER NASAL P/ OXIGENIO TIPO ÓCULOS NEONATAL / C/ 02 ORIFÍCIOS PRÓXIMOS QUE AO SER INSTALADOS DEV	282235	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	15,00	1.500,00
258	CATETER NASAL PARA OXIGENIO TIPO OCULOS ADULTO	395230	Unid.	700	350	700	0	0	0	700	12,65	8.855,00
259	CATETER NASAL PARA OXIGENIO TIPO OCULOS INFANTIL / UNIDADE	603973	Unid.	700	350	700	0	0	0	700	3,33	2.331,00
260	BOLSA VÁLVULA MÁSCARA ADULTO (AMBU), COMPLETO SENDO CONECTORES ACRÍLICO OU	456412	Unid.	36	18	36	0	0	0	36	220,99	7.955,64

	SIMILAR, DIAFRAGMA EM SILICONE E/OU SIMILAR, RESERVATÓRIO DE O2 EM PVC E /OU SIMILAR, PROLONGAMENTO DE O2 EM PVC OU SILICONE E/OU SIMILAR, MÁSCARA FACIAL EM ACRÍLICO COM SILICONE E/OU BORRACHA OU SIMILAR.											
261	BOLSA VÁLVULA MÁSCARA INFANTIL (AMBU), COMPLETO SENDO CONECTORES ACRÍLICO OU SIMILAR, DIAFRAGMA EM SILICONE E/OU SIMILAR, RESERVATÓRIO DE O2 EM PVC E /OU SIMILAR, PROLONGAMENTO DE O2 EM PVC OU SILICONE E/OU SIMILAR, MÁSCARA FACIAL EM ACRÍLICO COM SILICONE E/OU BORRACHA OU SIMILAR.	456413	Unid.	36	18	36	0	0	0	36	187,40	6.746,4
262	BOLSA VÁLVULA MÁSCARA NEONATAL (AMBU), COMPLETO SENDO CONECTORES ACRÍLICO OU SIMILAR, DIAFRAGMA EM SILICONE E/OU SIMILAR, RESERVATÓRIO DE O2 EM PVC E /OU SIMILAR, PROLONGAMENTO DE O2 EM PVC OU SILICONE E/OU SIMILAR, MÁSCARA FACIAL EM ACRÍLICO COM SILICONE E/OU BORRACHA OU SIMILAR.	456414	Unid.	36	18	36	0	0	0	36	188,66	6.791,76
263	KIT COMPLETO DE MÁSCARA adulto DE ALTO FLUXO , MÁSCARA, RESERVATÓRIO, PROLONGAMENTO DE O2 EM PVC E/OU SIMILAR	454574	Unid.	30	15	30	0	0	0	30	23,10	693
264	KIT COMPLETO DE MÁSCARA infantil DE ALTO FLUXO , MÁSCARA, RESERVATÓRIO, PROLONGAMENTO DE O2 EM PVC E/OU SIMILAR	454575	Unid.	20	10	20	0	0	0	20	23,50	470
265	MÁSCARA FACIAL para Anestesia, Reanimação e Ventilação Não Invasiva TIPO BORDA COXIM SILICONE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL SEM FENDA EXALATÓRIA, TAMANHO P (VNI) ADULTO, TIPO CONECTOR CONECTOR GIRATÓRIO, TIPO FIXAÇÃO FIXADOR AJUSTÁVEL, APRESENTAÇÃO CONJUNTO COMPLETO	456098	Unid.	15	8	15	0	0	0	15	221,97	3.329,55
266	MÁSCARA FACIAL para Anestesia, Reanimação e Ventilação Não Invasiva (VNI) TIPO BORDA COXIM SILICONE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL SEM FENDA EXALATÓRIA, TAMANHO M ADULTO, TIPO CONECTOR CONECTOR GIRATÓRIO, TIPO FIXAÇÃO FIXADOR	456099	Unid.	15	8	15	0	0	0	15	228,38	3.425,7

	AJUSTÁVEL, APRESENTAÇÃO CONJUNTO COMPLETO											
267	MÁSCARA FACIAL para Anestesia, Reanimação e Ventilação Não Invasiva (VNI) TIPO BORDA COXIM SILICONE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL SEM FENDA EXALATÓRIA, TAMANHO G ADULTO, TIPO CONECTOR CONECTOR GIRATÓRIO, TIPO FIXAÇÃO FIXADOR AJUSTÁVEL, APRESENTAÇÃO CONJUNTO COMPLETO	456095	Unid.	15	8	15	0	0	0	15	248,72	3.730,8
268	Sonda Foley, 02 Vias c/ Balão, Nr 04	438396	Unid.	30	15	30	0	0	0	30	0,90	27,00
269	Escova dupla face para assepsia das mãos e antebraços, descartável, uso único, composta por corpo plástico flexível dotado de cerdas macias capaz de favorecer a limpeza da pele sem causar abrasão, e de esponja de poliuretano uniformemente impregnada com solução degermante com Gluconato de Clorexidina (Escova embebida com no mínimo 10ml de Digluconato de Clorexidina 2%, embalagem individualmente em polipropileno com características de impermeabilidade a líquidos para uso no Centro Cirúrgico	620163	Unid.	2.000	1.000	2.000	0	0	0	2.000	1,66	3.320,00
270	Fio de sutura, POLIPROPILENO 1-0, azul, 75 cm, c/ agulha 1/2 curvatura triangular cilíndrica, 4,0 cm, estéril	487532	Unid.	1.000	500	1.000	0	0	0	1.000	5,22	5.220,00
271	Fio de sutura, POLIPROPILENO 2-0, azul, 45 cm, c/ agulha 1/2 cilíndrica, 2,6 cm, estéril	487531	Unid.	800	400	800	0	0	0	800	4,47	3.576,00
272	Fio de sutura, POLIPROPILENO 2-0, azul, 45 cm, c/ agulha 3/8 cortante, 2,6 cm, estéril	487536	Unid.	800	400	800	0	0	0	800	6,59	5.272,00
273	Fio de sutura, POLIPROPILENO 3-0, azul, 75 cm, c/ agulha 1/2 cilíndrica, 2,2 cm, estéril cardiovascular	487524	Unid.	100	50	100	0	0	0	100	6,80	680,00
274	Fio de sutura, POLIPROPILENO 4-0, azul, 75 cm, c/ agulha 1/2 cilíndrica, 2,6 cm, estéril cardiovascular	487512	Unid.	120	60	120	0	0	0	120	5,84	700,80
275	Fio de sutura, POLIPROPILENO 5-0, azul, 75 cm, c/ agulha 1/2 cilíndrica, 2,6 cm, estéril cardiovascular	487499	Unid.	150	75	150	0	0	0	150	6,69	1.003,50
276	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 20. Sonda estéril e apirogênica, de plástico transparente e flexível, com único orifício distal. Embalagem individual , com	389963	Unid.	200	100	200	0	0	0	200	1,25	250,00

[illegible]

Estudo Técnico Preliminar 44/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 64598.004329/2024-35

2. Descrição da necessidade

2.1 O Exército Brasileiro atua na região de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, na macrorregião do Alto Rio Negro, tendo o Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira como unidade mista, em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas - SUSAM, onde são realizados diversos procedimentos médicos hospitalares. Para o desempenho de suas atividades, o órgão requisitante necessita de materiais de consumo hospitalar, destinados às demandas no atendimento à uma população estimada em 47.564 habitantes, segundo o último censo do IBGE, de 2021, dentre pacientes militares, civis indígenas e estrangeiros residentes na região destacada.

2.2 Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira HGuSGC é o único hospital do município, sendo o responsável por prestar atendimento de saúde de baixa e média complexidade na região da Cabeça do Cachorro. O hospital possui 53 (cinquenta e três) leitos e realiza em média atendimento a 87 (oitenta e sete) pacientes diariamente.

2.3 A fim de suprir as demandas, o HGuSGC possui em suas instalações 1 (uma) Farmácia Hospitalar e 1 (uma) Central de Abastecimento Farmacêutica (CAF). Cumprindo os preceitos do ciclo da assistência farmacêutica, a CAF é o setor responsável pela aquisição, recebimento, armazenamento e distribuição de todo o material de consumo hospitalar necessário para os atendimentos aos pacientes deste nosocômio.

2.4 O HGuSGC no desempenho de suas atividades administrativas e técnica, decorrente de sua atribuição institucional, necessita fazer uso rotineiro e contínuo de materiais de consumo hospitalar, sendo assim, esses itens são imprescindíveis para a realização de todos os procedimentos médicos realizados. Por conseguinte, caso ocorra o desabastecimento desses insumos que possuem caráter de urgência e emergência, poderá acarretar na interrupção do atendimento pelos diversos setores deste hospital, com expressivas consequências sociais à população assistida.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Farmácia Hospitalar	Felipe Andrade Gaspar

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os objetos referentes a esta contratação deverão ser entregues pela empresa fornecedora, ora denominada de contratada, de acordo com as especificações abaixo:

- 4.1. Ficará definido, portanto, que a contratação ficará condicionada à concessão de Material de Uso Hospitalar, seguindo prioritariamente as especificações e regras contidas em EDITAL e TERMO DE REFERÊNCIA;
- 4.2. A contratada deverá entregar o material no endereço do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira – Rua Quintino de Sá Cavalcante, 250, Dabarú, São Gabriel da Cachoeira, AM (Farmácia Hospitalar).
- 4.3. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
- 4.4. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza de fabricação, fornecimento ou distribuição, entre outras possíveis;
- 4.5. A contratada deverá fornecer materiais de uso hospitalar de acordo com regras do Projeto Básico, fabricados de

acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado;

4.6. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pela administração do HGuSGC, relacionados com as características dos materiais fornecidos;

4.7. A contratada deverá enviar imagem/foto, catálogo, manual, folder ou prospectos do objeto juntamente com a proposta do material licitado, dando assim uma informação mais precisa e verossímil do material oferecido a possível aquisição;

4.8. A contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos materiais hospitalares, sem qualquer ônus para o HGuSGC, desde o início do pedido à fábrica ou distribuidora até a logística da entrega neste Hospital em São Gabriel da Cachoeira / AM, de acordo com o endereço informado, incluindo o excelente estado de conservação físico e de temperatura que este deslocamento exige, considerando a grande distância e altas temperaturas da região amazônica.

4.9. Os insumos, no ato de sua entrega às UASGs deverão apresentar prazo de validade não inferiores a 15 (quinze) meses ou 75% do prazo total recomendado pelo fabricante a contar da data do recebimento dos mesmos.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A estimativa de consumo dos materiais foi baseada e calculada na necessidade do Setor da Farmácia Hospitalar do HGuSGC, conforme o mapa de consumo do ano de 2023.

5.2. A quantidade de itens de compras na periodicidade anual foi baseada em informações coletadas em dados de consumo que consta no SISCOFIS dos anos de 2021, 2022 e 2023 acrescido de uma margem de segurança.

5.3. Seguimos o seguinte levantamento de mercado, baseado na IN 65/2021, art. 5º:

Art. 5 A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso; IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

6. Descrição da solução como um todo

A solução para a aquisição de consumo médico-hospitalar para o Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira envolve um planejamento estratégico e estruturado, visando atender às necessidades da instituição de forma eficiente.

Descrição da Solução

Objetivo: Garantir a aquisição de insumos e equipamentos médicos-hospitalares essenciais para o funcionamento adequado do hospital, assegurando a qualidade no atendimento aos pacientes.

Escopo da Contratação: A aquisição será realizada em 279 itens distintos, abrangendo desde medicamentos, materiais de consumo, até equipamentos médicos. Essa diversificação atende às demandas variadas do hospital.

Parcelamento da Aquisição: Devido a limitações orçamentárias e à necessidade de ajustar as compras conforme a demanda, a solução será parcelada. Isso permitirá:

Flexibilidade na gestão financeira.

Melhor controle sobre o estoque e o uso dos insumos.

Metodologia de Planejamento:

Interação com as Áreas Demandantes: Consulta regular com as equipes médicas e administrativas para identificar necessidades e priorizar itens críticos.

Levantamento de Mercado: Pesquisa detalhada sobre fornecedores, preços e condições de pagamento, garantindo a melhor relação custo-benefício.

Análise de Orçamento: Avaliação rigorosa da disponibilidade financeira, assegurando que os recursos sejam utilizados de forma eficiente.

Gestão e Monitoramento: Após a finalização do certame, haverá um acompanhamento contínuo da execução dos contratos e da entrega dos itens, além de uma análise periódica do consumo e da necessidade de novos pedidos.

Impacto Esperado: Com essa solução, espera-se:

- Melhorar a capacidade de resposta do hospital às demandas emergenciais.
- Aumentar a eficiência na gestão de recursos.
- Garantir a continuidade e qualidade do atendimento à população local.

Essa abordagem visa atender de maneira eficaz as necessidades de saúde da comunidade, promovendo um ambiente hospitalar mais preparado e eficiente.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

O quantitativo estimado foi elaborado tendo como base a média de consumo dos itens no Sistema de Controle Físico do Exército (Siscofis) referente aos anos de 2021, 2022 e 2023 do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira.

Alguns itens que não possuem histórico de consumo no Siscofis foram adicionados a este certame com a finalidade de atender às demandas pois novos setores e serviços estão sendo implementados no hospital, como por exemplo, a sala de curativos no setor da emergência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.907.663,84

A estimativa do valor da contratação é de (um milhão, novecentos e sete mil, seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos), conforme tabela presente no item 7.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução se aplica, devido à inconveniência de aquisição única dos itens, pelos motivos que se seguem:

9.1.1. indisponibilidade orçamentária para aquisição única, por parte do órgão requisitante;

9.1.2. incapacidade de estocagem simultânea de todo o quantitativo previsto para consumo anual; e

9.1.3. necessidade de verificação da variação no nível da demanda no decorrer do ano, a fim de avaliação pormenorizada do quantitativo a ser solicitado.

9.2. Com base nessas razões, a contratação será feita em 279 itens distintos, permitindo que diferentes empresas participem da licitação sem afetar a essência do objeto a ser contratado. Essa abordagem garante maior flexibilidade e eficiência no atendimento das necessidades do órgão requisitante.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verificam-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

10.1. A contratação objeto do presente estudo atende ao planejamento institucional do órgão requisitante, por tratar-se de material com previsto anual de aquisição.

10.2. O Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira tem enfrentado um aumento significativo nas demandas relacionadas ao consumo de medicamentos, impulsionado por diversos fatores. A intensificação das atividades de atenção básica à saúde e o aumento das ações cívico-sociais em comunidades indígenas localizadas no Alto Rio Negro têm contribuído para uma elevação considerável no consumo de produtos farmacológicos. Além disso, a possibilidade de atraso no fornecimento de medicamentos pela Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas também representa um risco significativo para a continuidade e a qualidade dos serviços oferecidos. As especificações técnicas dos materiais foram selecionadas de acordo com sua indicação específica, para a finalidade na qual serão empregados e, portanto, se restringem estritamente àquelas necessárias ao alcance dos resultados e objetivos pretendidos nas compras públicas.

10.3. Com a intensificação das ações de atenção básica à saúde, o Hospital de Guarnição tem ampliado seus esforços para atender um número crescente de pacientes e garantir um serviço de qualidade. As ações cívico-sociais realizadas em diversas comunidades indígenas têm aumentado a demanda por medicamentos essenciais para tratar uma gama mais ampla de condições de saúde. Estes esforços são fundamentais para garantir a saúde e o bem-estar das populações atendidas, refletindo um compromisso com a melhoria das condições de vida e a promoção da saúde em áreas remotas e historicamente negligenciadas.

10.4. Diante desse cenário, a contratação de medicamentos por meio do pregão se torna uma ação estratégica e urgente. O planejamento para a aquisição deve levar em conta o aumento contínuo da demanda e a necessidade de garantir um estoque adequado para evitar desabastecimento.

10.5. A contratação e o planejamento para o pregão de aquisição de medicamentos são fundamentais para atender ao aumento das demandas do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira. Através de um processo bem estruturado e alinhado com as necessidades emergentes, será possível garantir a continuidade e a eficácia dos serviços de saúde prestados, assegurando que a população

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 O Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira (HGuSGC), sentinela da saúde na Cabeça do Cachorro, é o único Hospital da cidade de São Gabriel da Cachoeira e atende tanto os beneficiários do SAMMED/FUSEX como pacientes do SUS, prestando um papel ímpar para a população local.

12.2 Estes itens constituem elementos indispensáveis para o abastecimento de material hospitalar solicitados pelos diversos setores deste nosocômio tais como: emergência, pediatria, maternidade, enfermaria, centro cirúrgico, entre outros, a fim de realizar o atendimento aos pacientes. Além disso, constantemente o HGuSGC participa de ações cívico-sociais com a carente população indígena da região, realizando atendimento médico e doação de materiais de consumo hospitalar.

Atender aos pedidos através do . Garantia da efetividade e regularidade das atividades exercidas pelo órgão requisitante;

Economicidade, decorrente da necessidade de envio de material coletado, para análise em Manaus – AM evitando, com isso, o desperdício de recursos públicos e o consequente aumento na quantidade de dias para o diagnóstico e prognóstico aos pacientes;

Prevenção da perda de continuidade de atendimento com consequências sociais à população assistida;

Garantia da efetividade e regularidade das atividades exercidas pelo órgão requisitante.

13. Providências a serem Adotadas

As providências a serem adotadas para a contratação incluem um planejamento detalhado, que abrange:

Interação com as áreas demandantes: Consultar as áreas envolvidas para entender suas necessidades específicas.

Formação dos quantitativos com métodos objetivos: Definir as quantidades necessárias com base em critérios claros e mensuráveis.

Construção dos documentos de planejamento da contratação: Elaborar toda a documentação necessária para o processo licitatório.

Levantamento de mercado e pesquisa de preços: Realizar uma pesquisa abrangente para identificar fornecedores e comparar preços.

Análise de disponibilidade orçamentária: Verificar se há recursos disponíveis no orçamento para a realização da contratação.

Gerenciamento das ARP's após finalização do certame: Monitorar e administrar as atas de registro de preços para garantir o cumprimento das condições estabelecidas.

Essas etapas são fundamentais para garantir uma contratação eficiente e transparente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os materiais após utilizados são descartados como resíduo hospitalar. A Farmácia Hospitalar mantém um controle específico dos seus resíduos, através de um plano de gerenciamento, do hospital, detalhado e embasado nas legislações ambientais e manuais técnicos qualificados, tanto de origem nacional quanto internacional, mesmo que não sejam específicos para essa categoria de atividade, tendo em vista que, caso ocorram mudanças na rotina de trabalho do setor, ou possível aumento do seu volume de serviços, exista uma estrutura segura para a prevenção e minimização de possíveis ameaças ao meio ambiente, principalmente no 28 que tange à conservação dos recursos naturais, em especial, nos solos e corpos de água.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, que analisou detalhadamente os aspectos técnicos, financeiros e operacionais do projeto.

Os estudos preliminares evidenciaram que esta contratação é conveniente e oportuno, e, sobretudo, é fundamental para atender as necessidades das seções citadas no tópico 01 deste estudo. Mostra-se, portanto, possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE ANDRADE GASPAR

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 10/10/2024 às 16:51:57.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO**

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

(Hospital Uaupés/1992 – Unidade Mista SUSAM/1944)

Minuta de Termo de Contrato

(PROCESSO 64598.004329/2024-35)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)

..... E
.....

A União, por intermédio do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira - AM, sediado na Rua Quintino de Sá Cavalcante, 250, Bairro Dabarú, CEP 69.750-000, São Gabriel da Cachoeira/AM,, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.561.263/0001-44, neste ato representado pelo Tenente Coronel MARCELO DOS SANTOS STORCH, nomeado pela Portaria Cmt Exército nº 743 de 07 de junho de 2023, publicada no DOU de 109 de 12 de junho de 2023, inscrito no CPF nº 287.156.832-49 portador da carteira de identidade nº 082781094-6-EB doravante denominado CONTRATANTE, e o(a),, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico n. 90013/2024*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

O objeto do presente instrumento é a aquisição de material de consumo hospitalar, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

3						
...						

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1. O presente Contrato não terá um valor fixo, sendo definido mediante demanda da contratante ao contratado ao longo da vigência do ajuste, conforme os valores registrados na Ata de Registro de Preços”;

4. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

5. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

5.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

7. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

9. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

9.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

11. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

11.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

13.1. São obrigações do Contratante:

13.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

13.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

13.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

13.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

13.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.10. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

14. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

15.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

16.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

16.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

16.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

16.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

16.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

16.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

16.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

16.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

16.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

16.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

16.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

16.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

17. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

18. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

19. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

19.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. Multa:

1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
2. *Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de% (.... por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

i. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.

4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.

5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.

6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.

7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]

19.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

19.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

19.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

19.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

19.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (XXXX)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

19.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para

provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

19.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

19.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

19.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

20. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

21. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

22. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

23. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

24. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

24.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

24.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

24.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

24.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

24.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

24.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

24.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

24.2.3. Indenizações e multas.

24.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

24.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

25. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

25.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 25.1.1. Gestão/Unidade:
- 25.1.2. Fonte de Recursos:
- 25.1.3. Programa de Trabalho:
- 25.1.4. Elemento de Despesa:
- 25.1.5. Plano Interno:
- 25.1.6. Nota de Empenho:

26. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

26.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

27. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

27.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

27.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

27.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

27.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

28. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

28.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

29. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária do Amazonas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
Hospital Uaupés/1992 – Unidade Mista SUSAM/1944)

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(PROCESSO 64598.004329/2024-35)

A União por intermédio do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira – AM , com sede na Rua Quintino de Sá Cavalcante, 250, Bairro Dabarú, CEP 69.750-000, São Gabriel da Cachoeira / AM, inscrito no CNPJ/MF sob o CNPJ sob o nº 09.561.263/0001-44, neste ato representado pelo Tenente Coronel MARCELO DOS SANTOS STORCH, nomeado pela Portaria Cmt Exército nº 743 de 07 de junho de 2023, publicada no DOU de 109 de 12 de junho de 2023, inscrito no CPF nº 287.156.832-49 portador da carteira de identidade nº 082781094-6-EB, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90013/2024, processo administrativo n. 64598.004329/2024-35, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material de consumo médico hospitalar de forma a atender às necessidades do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº 90013/2024* integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	QuantidadeMáxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira.
- 3.2. Além do gerenciador, há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: 21ª Companhia de Engenharia de Construção.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*
- 5.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*
- 5.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*
- 5.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*
6. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*
- 6.1.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*
7. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*
8. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*
9. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

10. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*
11. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*
12. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*
- 12.1. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 12.2. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

13. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

13.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, se comprovado ser vantajoso para a Administração.

14. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

15. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

15.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

16.1. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

17. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

18. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

18.1.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

18.1.1.2. Mantiverem sua proposta original.

19. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

19.1. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

19.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

19.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 18.1.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

20. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* e

21. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 43.

21.1. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

21.2. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e

nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

22. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

22.1. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

22.2. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

22.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

23. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

24. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

24.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

25. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

25.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

26. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

27. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

28. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

28.1.1.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

28.1.1.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

29. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

29.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

30. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

31. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
32. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
33. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 33.1. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
34. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
35. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 43.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
36. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
37. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 47.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
38. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 33.1 e no item 34, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
39. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

40. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 40.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 40.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
41. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
42. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 42.1. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 42.2. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

42.3. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

42.4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

42.5. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

43. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

43.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

44. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

45. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

46. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

47. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

47.1.1.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

47.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 43.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

47.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

47.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

48. Por razão de interesse público;

49. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

50. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

51. DAS PENALIDADES

51.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

52. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

52.1. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

52.2. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

53. CONDIÇÕES GERAIS

53.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

54. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

ANEXO V

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

**(A EMPRESA PODE USAR UM MODELO PRÓPRIO DESDE QUE CONTENHA
AS INFORMAÇÕES ESSENCIAIS À PROPOSTA)**

Papel Timbrado da Empresa

TIMBRE OU LOGOMARCA DA EMPRESA
Endereço completo – Telefone – FAX – e-mail
CNPJ: _____

PROPOSTA DE PREÇOS

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90013/2024
Processo Administrativo nº 64598.004329/2024-35**

**Objeto: Aquisição de material permanente da Tecnologia da Informação (TIC)
(GCALC-HGuSGC), que tem por unidade Gestora o HGuSGC**

Ao Sr Pregoeiro do HGuSGC,

Tendo a proposta aceita e habilitada para fornecimento dos itens abaixo, licitados no presente certame, encaminhamos a presente proposta, em conformidade com o Edital.

A empresa _____, CNPJ nº _____ sediada
(endereço completo) _____, se propõe a prestar os serviços abaixo
discriminados, atendendo todas as condições estipuladas no Edital de Licitação:

Item	Discriminação	marca	Und	QTD	Preço Unitário	Preço Total

- Validade da Proposta de preços: ____ / ____ / ____ (não inferior a 60 dias).

- Prazo de entrega: Conforme exigência constante do Edital e Termo de Referência.

- Representante da empresa: _____

- RG: _____

- CPF: _____

- Telefone: _____

- E-Mail: _____

- Declaro que aceitamos e concordamos plenamente com todos os termos deste Edital e seus anexos e de que tem total conhecimento de todas as condições neles contidas.

- Declaro ainda que nos preços cotados estão incluídos todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o(s) item(ns) de serviço, objeto deste Pregão.

_____(Local-UF)_____, ____ de _____ de 2024

Nome Completo do Representante Legal da Empresa